

**HABEAS CORPUS Nº 485.536 - SP (2018/0341146-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : WEVERTON LUCAS MIGLIORINI**  
**ADVOGADO : WEVERTON LUCAS MIGLIORINI - SP411531**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JULIANA DA SILVA JERONIMO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JULIANA DA SILVA JERONIMO, contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Relator do HC n. 2266171-91.2018.8.26.0000, que indeferiu o pleito sumário visado, mantendo a segregação cautelar da paciente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Nesta via, o impetrante alega que a paciente é primária, sem antecedentes criminais e mãe de 5 (cinco) filhos pequenos, circunstância que a permitiria responder ao processo em prisão domiciliar, aliadas aos termos do julgado proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, que concedeu a ordem no *Habeas Corpus* Coletivo n. 143.641/SP.

Requeru, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional, para que a paciente possa restabelecer o vínculo afetivo com sua prole, nos termos do art. 319, inciso V, do Código de Processo Penal.

A liminar foi deferida para determinar a substituição da prisão preventiva da paciente JULIANA DA SILVA JERONIMO por "*prisão domiciliar, na forma do art. 318, inciso V, do estatuto processual penal, até o julgamento do mérito do presente habeas corpus*" (e-STJ fl. 63).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela "*não conhecimento do habeas corpus e pela concessão da ordem de ofício*" (e-STJ fl. 113).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível o ajuizamento de *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar na origem, sob pena de indevida supressão de instância, salvo quando flagrante a ilegalidade ou a teratologia da decisão singular, como, adianta-se, é o caso dos autos.

Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância. No caso, observa-se flagrante ilegalidade a permitir a*

*superação do referido óbice sumular.*

*2. A prisão preventiva da paciente foi decretada com base em fundamentos genéricos relacionados à gravidade abstrata do crime de tráfico de drogas e em elementos inerentes ao próprio tipo penal.*

*Não foram apontados dados concretos a justificar a segregação provisória, nos termos do disposto no art. 312 do CPP. Nem mesmo a quantidade de entorpecentes apreendida - 3,76 gramas de maconha e 5,25 gramas de cocaína - pode ser considerada relevante a ponto de autorizar, por si sós, a custódia cautelar da paciente, sobretudo quando considerada sua primariedade e seus bons antecedentes.*

*3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva da paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a critério do Juízo de primeiro grau.*

*(HC 419.929/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 17/04/2018)*

De fato, conforme restou consignado na decisão que deferiu a pretensão sumária, recentemente, em 20.02.2018, ao julgar o Habeas Corpus Coletivo nº 143.641-SP, da relatoria do eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, impetrado em favor de todas as mulheres presas preventivamente que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães de crianças sob sua responsabilidade, bem como em nome das próprias crianças, a colenda 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, à unanimidade, entendeu cabível a impetração coletiva e, por maioria, resolveu conceder a ordem, nos seguintes termos:

*A Turma, preliminarmente, por votação unânime, entendeu cabível a impetração coletiva e, por maioria, conheceu do pedido de habeas corpus, vencidos os Ministros Dias Toffoli e Edson Fachin, que dele conheciam em parte. Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas nesse processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício. Estendeu a ordem, de ofício, às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições previstas acima. Quando a detida for tecnicamente reincidente, o juiz deverá proceder em atenção às circunstâncias do caso concreto, mas sempre tendo por norte os princípios e as regras acima enunciadas, observando, ademais, a diretriz de excepcionalidade da*

*prisão. Se o juiz entender que a prisão domiciliar se mostra inviável ou inadequada em determinadas situações, poderá substituí-la por medidas alternativas arroladas no já mencionado art. 319 do CPP. Para apurar a situação de guardião dos filhos da mulher presa, dever-se-á dar credibilidade à palavra da mãe. Faculta-se ao juiz, sem prejuízo de cumprir, desde logo, a presente determinação, requisitar a elaboração de laudo social para eventual reanálise do benefício. Caso se constate a suspensão ou destituição do poder familiar por outros motivos que não a prisão, a presente ordem não se aplicará. A fim de se dar cumprimento imediato a esta decisão, deverão ser comunicados os Presidentes dos Tribunais Estaduais e Federais, inclusive da Justiça Militar Estadual e Federal, para que prestem informações e, no prazo máximo de 60 dias a contar de sua publicação, implementem de modo integral as determinações estabelecidas no presente julgamento, à luz dos parâmetros ora enunciados. Com vistas a conferir maior agilidade, e sem prejuízo da medida determinada acima, também deverá ser oficiado ao DEPEN para que comunique aos estabelecimentos prisionais a decisão, cabendo a estes, independentemente de outra provocação, informar aos respectivos juízos a condição de gestante ou mãe das presas preventivas sob sua custódia. Deverá ser oficiado, igualmente, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para que, no âmbito de atuação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, avalie o cabimento de intervenção nos termos preconizados no art. 1º, § 1º, II, da Lei 12.106/2009, sem prejuízo de outras medidas de reinserção social para as beneficiárias desta decisão. O CNJ poderá ainda, no contexto do Projeto Saúde Prisional, atuar junto às esferas competentes para que o protocolo de entrada no ambiente prisional seja precedido de exame apto a verificar a situação de gestante da mulher. Tal diretriz está de acordo com o Eixo 2 do referido programa, que prioriza a saúde das mulheres privadas de liberdade. Os juízes responsáveis pela realização das audiências de custódia, bem como aqueles perante os quais se processam ações penais em que há mulheres presas preventivamente, deverão proceder à análise do cabimento da prisão, à luz das diretrizes ora firmadas, de ofício. Embora a provocação por meio de advogado não seja vedada para o cumprimento desta decisão, ela é dispensável, pois o que se almeja é, justamente, suprir falhas estruturais de acesso à Justiça da população presa. Cabe ao Judiciário adotar postura ativa ao dar pleno cumprimento a esta ordem judicial. Nas hipóteses de descumprimento da presente decisão, a ferramenta a ser utilizada é o recurso, e não a reclamação, como já explicitado na ADPF 347. Tudo nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. (DJ nº 39, de 1º.03.2018).*

Nesse contexto, é possível, a partir da decisão acima reproduzida, obter as

diretrizes que guiarão as decisões judiciais na análise de casos que envolvam gestantes e mãe de deficientes ou crianças sob sua guarda, que se encontrem presas preventivamente.

Assim, extrai-se do julgamento que foram fixados os seguintes parâmetros, a serem doravante observados na análise dos casos que versarem sobre a matéria:

I. *determinou-se a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP – em relação a todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, enquanto perdurar tal condição;*

II. *vedou-se a aplicação do benefício legal aos casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça;*

III. *vedou-se a aplicação do benefício legal aos casos de crimes praticados por elas contra seus descendentes;*

IV. *possibilitou-se a não aplicação do benefício legal aos casos em que se verificarem situações excepcionálissimas devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício;*

V. *a ordem foi aplicada não só às pacientes relacionadas na impetração, mas também estendida, de ofício, às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições acima elencadas;*

VI. *quando a detida for tecnicamente reincidente, o juiz deverá proceder em atenção às circunstâncias do caso concreto, mas sempre tendo por norte os princípios e as regras acima enunciadas, observando, ademais, a diretriz de excepcionalidade da prisão;*

VII. *se o juiz entender que a prisão domiciliar se mostra inviável ou inadequada em determinadas situações, poderá substituí-la por medidas alternativas arroladas no já mencionado art. 319 do CPP;*

VIII. *para apurar a situação de guardião dos seus filhos da mulher presa, dever-se-á dar credibilidade à palavra da mãe, podendo o juiz, na dúvida, requisitar a elaboração de laudo social, devendo, no entanto, cumprir desde logo a presente determinação. Caso se constate a suspensão ou destituição do poder familiar por outros motivos que não a prisão, a presente ordem não se aplicará;*

IX. *a fim de se dar cumprimento imediato a esta decisão, deverão ser comunicados os Presidentes dos Tribunais Estaduais e Federais, inclusive da Justiça Militar Estadual e federal, para que prestem informações e, no prazo máximo de 60 dias a contar de sua publicação, implementem de modo integral as determinações estabelecidas no presente julgamento, à luz dos parâmetros ora enunciados;*

X. *com vistas a conferir maior agilidade, e sem prejuízo da medida determinada acima, também deverá ser oficiado ao DEPEN para que comunique aos estabelecimentos prisionais a decisão, cabendo a estes, independentemente de outra*

*provocação, informar aos respectivos juízos a condição de gestante ou mãe das presas preventivas sob sua custódia;*

*XI. os juízes responsáveis pela realização das audiências de custódia, bem como aqueles perante os quais se processam ações penais em que há mulheres presas preventivamente, deverão proceder à análise do cabimento da prisão, à luz das diretrizes ora firmadas, de ofício;*

*XII. cabe ao Judiciário adotar postura ativa ao dar pleno cumprimento a esta ordem judicial.*

Percebe-se que a intenção da Suprema Corte foi dar efetividade à decisão coletiva concessiva da ordem de *habeas corpus*, para que fosse imediatamente aplicada as gestantes ou mães de crianças menores de 12 anos ou deficientes presas preventivamente ou submetidas a medidas socioeducativas provisórias privativas de liberdade, inclusive provocando a reavaliação de todos os casos em curso no território nacional.

Desse modo, no presente caso, cumpre averiguar, à luz das condicionantes fixadas pela Suprema Corte, se está presente alguma das exceções que impeçam a concessão da prisão domiciliar ou, subsidiariamente, a substituição da cautelar de prisão por outras medidas cautelares diversas da prisão, dentre aquelas elencadas nos incisos do art. 319 do CPP.

Conforme se infere da inicial do presente *habeas corpus*, a paciente se irroga a condição de guardiã de 5 (cinco) crianças menores de 12 anos de idade, salientando-se que a palavra da mãe merece credibilidade, consoante a orientação do STF, porque tanto o juízo de primeiro grau quanto o Tribunal impetrado, em suas razões, não fizeram referência à existência de laudo social, o que implica no dever de imediato cumprimento da decisão emanada do *habeas corpus* coletivo (situação descrita no item 8 acima).

Por outro lado, não se fazem presentes as exceções descritas, já que o crime imputado à paciente não foi praticado mediante violência ou grave ameaça, ou contra seus descendentes e, ao que tudo indica, a acusada não é reincidente e tampouco se invocou, na decisão impugnada, situação excepcionalíssima capaz de conduzir à denegação do benefício.

Ademais, o caso em tela não está a indicar a inviabilidade ou inadequação da prisão domiciliar em face da paciente.

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece** do *habeas corpus* substitutivo, **concedendo-se, contudo, a ordem de ofício**, nos termos do art. 654, § 2º, do CPP, para, **confirmando-se a liminar anteriormente deferida**, substituir a prisão preventiva da paciente JULIANA DA SILVA JERONIMO por recolhimento domiciliar, na forma do art. 318, inciso V do CPP.

Comunique-se, com urgência, o Tribunal impetrado e o Juízo singular, encaminhando-lhes cópia do inteiro teor da presente decisão.

Publique-se. Intime-se.

Após a ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado da decisão, arquivem-se os autos.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

**Relator**

